

Demonstrações Financeiras

HIDROELÉCTRICA DE CAHORA BASSA, S.A.

31 de Dezembro de 2023

HIDROELÉCTRICA DE
CAHORA BASSA



<u>ÍNDICE</u>	<u>PÁGINAS</u>
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO	1
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	2 - 5
BALANÇO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	7
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	8
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	9
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10 - 48

Declaração de responsabilidade da Administração

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras da HCB – Hidroeléctrica de Cahora Bassa.S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2023, a demonstração dos resultados, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa do período findo naquela data e as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Empresas de Grande e Média Dimensão baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC – NIRF).

Os administradores são igualmente responsáveis por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro, e registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz. Os administradores são igualmente responsáveis pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

Os administradores fizeram uma avaliação da capacidade da entidade continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade, e não têm motivos para duvidar da capacidade da Empresa poder continuar a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

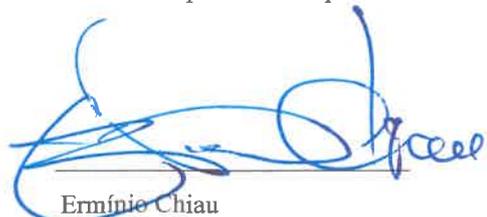
O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade para as Empresas de Grande e Média Dimensão baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC – NIRF).

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da HCB – Hidroeléctrica de Cahora Bassa.S.A., como indicado acima foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 1 de Abril de 2024 foram assinadas pelos seus representantes:



Tomás Matola
Presidente do Conselho de Administração



Ermínio Chiau
Administrador Financeiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A.

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. (“Sociedade” ou “HCB”), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2023, a demonstração dos resultados, a demonstração das variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. em 31 de Dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Empresas de Grande e Média Dimensão baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

Bases para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes da Sociedade de acordo com os requisitos éticos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, o qual está em conformidade com o Código de Ética emitido pelo Ethics Standards Board for Accountants (IESBA), e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade por quotas | NUIT: 400016410 | NUEL nº: 101875873 | Capital social: 26.443.395 Meticals | Sede: Rua dos Desportistas nº 833, JAT V-1, 3º andar, Maputo, Moçambique

© 2024. Para informações, contacte Deloitte - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Limitada

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados

Reconhecimento da receita com venda de energia eléctrica

(Referido nas Notas 2. I) e 18 das demonstrações financeiras)

A Sociedade explora em regime de concessão o empreendimento de Cahora Bassa, através do seu aproveitamento hidroeléctrico, o qual gerou durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2023 vendas de energia eléctrica de, aproximadamente, 35 mil milhões de Meticais.

A mensuração e o reconhecimento do rédito relativo à venda de energia eléctrica, tem por base os MWh gerados pela infraestrutura e as condições contratuais celebradas com os seus clientes.

O montante apurado do rédito é integrado manualmente no sistema de contabilidade SAP e reconhecido no momento da disponibilização da energia eléctrica aos clientes.

Atendendo ao risco da receita de venda de energia eléctrica ser incorrectamente registada, nomeadamente considerando a referida integração manual no sistema de contabilidade, ao processo de mensuração e à relevância do saldo da rubrica de venda de energia eléctrica, consideramos que este assunto se configura como uma matéria relevante de auditoria.

Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados

Os principais procedimentos que adoptámos para mitigar este risco, incluíram:

- Entendimento do ciclo da produção e venda de energia eléctrica e dos sistemas informáticos relevantes de suporte, envolvendo, para o efeito, os nossos especialistas internos;
- Avaliação da política de reconhecimento do rédito relativo à venda de energia eléctrica adoptada pela Sociedade, por referência às normas contabilísticas aplicáveis;
- Avaliação do desenho e implementação das atividades de controlo relevantes relacionadas com o reconhecimento do rédito associado à venda de energia eléctrica, bem como realização de testes à sua eficácia operacional;
- Execução de testes de detalhe, numa base amostral, da coerência da quantidade de energia eléctrica entregue aos clientes, segundo os contadores da Sociedade, com a quantidade aceite pelos mesmos e considerada para determinação do rédito a reconhecer. Adicionalmente, para a mesma amostra, realização de testes de detalhe à mensuração do rédito, atendendo às quantidades entregues e aceite pelos clientes e às tarifas acordadas com os mesmos;
- Obtenção de confirmação de saldos junto dos clientes da Sociedade, com referência a 31 de Dezembro de 2023.

Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (Norma de Contabilidade e Relato Financeiro 28: Rédito), incluídas nas Notas 2. I) e 18 do anexo às demonstrações financeiras.

Outra informação

O órgão de gestão é responsável pela outra informação. A outra informação compreende a Declaração de Responsabilidade do órgão de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base o trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre este facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com o PGC-NIRF, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Sociedade se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Sociedade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;

- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Sociedade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

Das matérias que comunicamos ao órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório de auditoria, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública ou quando, em circunstâncias raras, determinamos que a matéria não deve ser divulgada no nosso relatório porque, fazendo-o, existem consequências adversas que se espera possam ser maiores que os benefícios do interesse público.

Maputo, 5 de Abril de 2024



Deloitte – Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Limitada

Representada por:

Zacaria Fakir

Partner

Auditor Certificado nº 16/CA/OCAM/2012

BALANÇO EM 31 de DEZEMBRO DE 2023

	Notas	31-Dez-2023	31-Dez-2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos tangíveis	4	46.669.553	46.831.799
Activos intangíveis	5	174.722	166.749
Activos por impostos diferidos	26	552.636	741.358
Outros activos financeiros	8	760.242	352.276
		<u>48.157.153</u>	<u>48.092.182</u>
Activo corrente			
Inventários	6	1.624.288	1.350.060
Clientes	7	19.267.424	15.703.787
Outros activos financeiros	8	3.131.408	164.437
Outros activos correntes	9	511.782	337.507
Caixa e equivalentes de caixa	10	25.462.219	20.812.573
		<u>49.997.121</u>	<u>38.368.364</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u>98.154.274</u>	<u>86.460.546</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital social	11	26.513.397	26.513.397
Reservas		12.419.979	12.419.979
Descontos e prémios nas acções próprias		(1.472.214)	(1.472.214)
Resultados transitados		41.553.243	36.482.310
Resultado líquido do exercício		13.021.686	9.207.021
Total do capital próprio		<u>92.036.091</u>	<u>83.150.493</u>
Passivo não corrente			
Empréstimos obtidos	12	-	299.153
		<u>-</u>	<u>299.153</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	13	971.534	1.196.779
Empréstimos obtidos	12	184.960	17.365
Provisões	14	162.717	223.412
Outros passivos financeiros	15	860.957	421.537
Imposto a pagar	16	3.641.157	885.621
Outros passivos correntes	17	296.858	266.186
		<u>6.118.183</u>	<u>3.010.900</u>
TOTAL DOS PASSIVOS		<u>6.118.183</u>	<u>3.310.053</u>
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS		<u>98.154.274</u>	<u>86.460.546</u>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Tomás Matola
Presidente



Ermínio Chiau
Administrador

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

	Notas	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Vendas de bens e serviços	18	34.916.981	27.109.279
Varição da produção e de trabalhos em curso	19	23.249	22.397
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	20	(3.492.615)	(2.749.950)
Gastos com pessoal	21	(4.079.732)	(3.486.222)
Fornecimentos e serviços de terceiros	22	(2.641.250)	(2.532.686)
Depreciações e amortizações	4,5	(2.398.759)	(2.358.064)
Provisões do período	14	-	(76.070)
Imparidades de contas a receber	7,8	(2.094.307)	(723.704)
Outros ganhos e perdas operacionais	23	(566.812)	(819.167)
Resultado Operacional		19.666.755	14.385.813
Rendimentos financeiros	24	5.793.339	3.013.804
Gastos financeiros	25	(4.660.475)	(3.493.879)
Resultado antes do imposto		20.799.619	13.905.738
Impostos sobre o rendimento	26	(7.777.933)	(4.698.717)
Resultado líquido do exercício		13.021.686	9.207.021
Resultado por acção	27	0.49	0.35

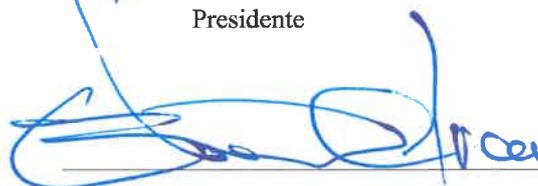
O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Tomás Matola
Presidente



Ermínio Chiau
Administrador

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

	Capital Social	Reservas	Descontos e prémios	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo a 01 de Janeiro de 2022	26.513.397	12.419.979	(1.472.214)	30.027.436	10.154.874	77.643.472
Aplicação do resultado do exercício	-	-	-	6.454.874	(6.454.874)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	(3.700.000)	(3.700.000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	9.207.021	9.207.021
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	26.513.397	12.419.979	(1.472.214)	36.482.310	9.207.021	83.150.493
Aplicação do resultado do exercício	-	-	-	5.070.933	(5.070.933)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	(4.136.088)	(4.136.088)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	13.021.686	13.021.686
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	26.513.397	12.419.979	(1.472.214)	41.553.243	13.021.686	92.036.091

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração


 Tomás Matola
 Presidente


 Ermínio Chiau
 Administrador

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

		31-Dez-2023	31-Dez-2022
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Resultado antes do imposto		20.799.619	13.905.738
<i>Ajustamentos ao resultado relativos a:</i>			
Depreciações e amortizações	4,5	2.398.759	2.358.064
Imparidade de Activos Tangíveis		-	407.211
Provisões	14	(60.695)	76.070
Juros e similares (líquido)	24,25	(1.326.711)	(623.696)
Mais ou menos valias na venda de activos tangíveis	4	38.046	61.103
		21.849.018	16.184.490
<i>Fluxo de caixa antes das alterações no fundo de maneio</i>			
Aumento de inventários		(274.228)	(153.977)
Aumento de clientes e outros activos financeiros		(6.938.575)	(1.786.794)
Aumento de outros activos correntes e não correntes		(174.275)	(11.439)
Aumento de fornecedores e outros passivos financeiros		214.175	243.183
Aumento/Diminuição de outros passivos correntes e não correntes		30.671	(91.233)
		14.706.786	14.384.230
<i>Fluxo de caixa de actividades operacionais</i>			
Impostos pagos		(4.833.675)	(3.741.394)
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais		9.873.111	10.642.836
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	4,5	(2.282.528)	(2.329.070)
Juros e rendimentos similares	24	1.334.419	635.191
Caixa líquida usada nas actividades de investimento		(948.109)	(1.693.879)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento			
Empréstimos obtidos			
Empréstimos pagos		(131.558)	(36.758)
Dividendos pagos	15	(4.136.090)	(3.700.000)
Juros e gastos similares	25	(7.708)	(11.495)
Caixa líquida usada nas actividades de financiamento		(4.275.356)	(3.748.253)
Varição de caixa e equivalentes de caixa		4.649.646	5.200.704
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		20.812.573	15.611.869
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		25.462.219	20.812.573

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Tomás Matola
Presidente



Ermínio Chiau
Administrador

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.	Bases de preparação	14
2.	Principais políticas contabilísticas	14
3.	Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos	23
4.	Activos tangíveis	25
5.	Activos intangíveis	27
6.	Inventários	28
7.	Clientes	29
8.	Outros activos financeiros	29
9.	Outros activos correntes	30
10.	Caixa e equivalentes de caixa	30
11.	Capital social	32
12.	Empréstimos obtidos	34
13.	Fornecedores	34
14.	Provisões	35
15.	Outros passivos financeiros	36
16.	Imposto a pagar (imposto a receber)	37
17.	Outros passivos correntes	37
18.	Redito	38
19.	Variação da produção e de trabalhos em curso	38
20.	Custos dos inventários vendidos e consumidos	38
21.	Gastos com pessoal	39
22.	Fornecimentos e serviços de terceiros	39
23.	Outros ganhos e perdas operacionais	40
24.	Rendimentos financeiros	41
25.	Gastos financeiros	41
26.	Imposto sobre o rendimento	41
27.	Resultados por acções	44
28.	Dividendo por acções	44
29.	Partes relacionadas	44
30.	Contingências e garantias	45
31.	Compromissos	45
32.	Gestão de risco, objectivos e políticas	46
33.	Eventos subsequentes	51

Introdução

A HIDROELÉCTRICA DE CAHORA BASSA, S.A. (“HCB”, ou “Empresa” ou “Sociedade”) foi constituída em 23 de Junho de 1975, através de um consórcio entre o Estado Português e o Estado Moçambicano, com uma participação de 82% do Estado Português e 18% do Estado Moçambicano.

No acto da sua constituição e por força do Protocolo assinado entre o Governo de Portugal e a FRELIMO, foram transferidos do Estado Português para a Sociedade, todos os bens, direitos e obrigações decorrentes da construção do projecto hidroeléctrico de Cahora Bassa.

A HCB tem a sua sede social no Songo, na Província Moçambicana de Tete e explora em regime de concessão o empreendimento de Cahora Bassa o qual compreende sobretudo: uma barragem com 164 metros de altura; duas centrais em caverna (central sul. em funcionamento com uma capacidade instalada de 2075 MW, e a Norte, projectada e com potencial até 1200 MW); uma estação conversora em corrente contínua com capacidade para 1920 MW, interligado por duas linhas a +/-533 kV a subestação do Apollo na África do Sul; duas subestações de corrente alternada, uma no Songo e outra em Matambo, interligadas por duas linhas de 220 kV.

A Empresa tem por objecto principal a exploração, em regime de concessão, do aproveitamento hidroeléctrico de Cahora Bassa e, em geral, a produção, transporte e comercialização de energia eléctrica, incluindo a sua importação e exportação, tudo nos termos dos contratos de concessão, sendo que poderá praticar todos os actos conexos com o seu objecto, necessários ou úteis à realização deste.

Mediante deliberação da Assembleia Geral, a Sociedade pode adquirir participações em sociedades com objecto diferente daquele que exerce ou em sociedades reguladas por leis especiais, desde que, em qualquer dos casos sejam de responsabilidade limitada.

O início da exploração comercial da empresa deu-se a 26 de Março de 1977, com a transmissão de 960 MW para a África do Sul, com três grupos geradores e quatro pontes conversoras em funcionamento.

Na sequência das negociações para a Reversão e Transferência do controlo da HCB para o Estado Moçambicano, os Governos de Moçambique e de Portugal rubricaram, em 31 de Outubro de 2006, o Protocolo que tornou necessária a alteração dos termos e condições do Contrato de Concessão do Empreendimento Hidroeléctrico de Cahora Bassa, por via do Decreto n.º 57/2007 de 21 de Novembro. O Contrato de Concessão inicial foi assinado para vigorar por um período de vinte e cinco anos até 01 de Janeiro de 2033. Através do Decreto n.º 88/2018 de 31 de Dezembro, foi extendido o prazo de vigência da concessão por mais 15 anos até 31 de Dezembro de 2047, mantendo-se a prerrogativa de poder, a pedido da HCB, prorrogar por um prazo adicional de dez anos, mediante a verificação cumulativa de determinadas condições patentes no referido contrato.

A 27 de Novembro de 2007 foi concluída a operação de transferência do controlo da HCB de Portugal para Moçambique. A transmissão das acções do Estado Português para o Estado Moçambicano foi, com efeito, antecedida por um conjunto de actos de reorganização dos capitais próprios da HCB, que incluíram designadamente, uma redução de capital, um aumento de capital por conversão de créditos e a constituição da reserva de prémio de emissão para cobertura de prejuízos, a distribuição de dividendos e, ainda, um conjunto de medidas que visaram reestruturar a Empresa, de modo a reequilibrar os seus capitais próprios. *

Em reunião de Assembleia-geral ordinária de 16 de Abril de 2009, os accionistas da HCB deliberaram o aumento do capital social da Sociedade, realizado por conversão, por cada um dos accionistas, do respectivo crédito aos dividendos correspondentes ao lucro distribuível apurado no exercício de 2008, no montante total de 3 917 384 milhares de Meticais, facto formalizado por escritura pública de 03 de Setembro de 2009, tendo o capital social da sociedade passado de 23.558.109 milhares Meticais para os actuais 27.475.493 milhares Meticais. na proporção da participação no capital social para cada um dos accionistas.

A 27 de Abril de 2012 procedeu-se à formalização do contrato de compra e venda de acções celebrado com a Parública. – Participações Publicas (SGPS). SA, entidade gestora de participações do Estado Português. Neste contexto, em Assembleia Geral Extraordinária de 3 de Julho de 2012, a Parública. em representação do accionista Estado Português, procedeu à alienação de 4 121 323 886 acções que o Estado Português detém na Sociedade, representativas de 15% do capital social. de acordo com os termos e condições do contrato de compra e venda de Acções celebrado, nas seguintes proporções:

- 2.060.661.943 acções, representativas de 7.5%. a favor da REN- Redes Elétricas Nacionais. S.A. pelo preço de Euros 38 400 000; e
- 2.060.661.943, representativas de 7.5%. a favor da CEZA II- Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A., pelo preço de Euros 42 000 000.

Na sequência da alienação acima referida, o Estado Português deixou de deter participações no capital social da HCB, sendo a REN - Redes Elétricas Nacionais. S.A (Empresa portuguesa), a actual detentora de 7.5% do Capital social da Empresa.

A Reversão da HCB deu-se num momento em que já havia iniciado, em 2003, a reabilitação dos cinco grupos geradores da barragem, cuja conclusão definitiva ocorreu ao longo do exercício de 2008, e cujo impacto tem sido visível na produção e vendas da empresa.

A HCB concluiu o pagamento antecipado da dívida contraída para a reversão de 85% empreendimento do Governo português para o moçambicano em Junho de 2016, no montante equivalente em rands sul-africanos, ao valor do financiamento (USD 800.000.000), que estava consignada à sociedade contratante do empréstimo (Sociedade Renascer, Ltd).

Em 19 de Novembro de 2017, através do Contrato de Compra e venda de acções entre a CEZA II – Companhia Eléctrica do Zambeze. S.A, e a HCB, subsequente à deliberação dos Accionistas, a HCB procedeu a compra de 2 060 661 943 acções ordinárias, tituladas pela CEZA II- Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A., representativas de 7.5% do capital social da HCB, livres de ónus ou encargos, pelo valor de USD 94.500.000 financiado pelo Millennium BIM, representando deste modo, as acções próprias da HCB.

A 20 de Maio de 2019 foi feito o lançamento da Oferta Pública de Venda de acções da HCB (OPV) que culminou com a venda de 1 099 019 704 acções correspondentes a 4% do total de acções da Empresa.

O processo de venda das acções que destinava-se a investidores individuais e colectivos de nacionalidade Moçambicana, teve o seu término a 12 de Julho do mesmo ano. Refira-se que do processo de venda, 5 576 750 acções, representando 1 671 investidores encontravam-se a 12 de Julho de 2019 em situação de subscritas e não realizadas. A conclusão do processo registou-se a 17 de Janeiro de 2020 com a realização de apenas 5 123 220 acções correspondentes a 1.215 investidores. As remanescentes 453 530 acções foram devolvidas à HCB como acções próprias. Tendo em conta a quantidade reduzida que estas acções representam, não se verifica alteração na estrutura de capital da empresa, verificada a 31 de Dezembro de 2019.

O capital social da empresa continua sendo detido em 85% pela Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A. (CEZA), em 7.5% pela REN- Redes Eléctricas Nacionais, S.A; e em 4% pelos investidores nacionais sendo os remanescentes 3.5% detidos pela HCB (accções próprias).

1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC-NIRF exige que o Conselho de Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3.

Assim, estas demonstrações financeiras reflectem o resultado das operações e a posição financeira da HCB com referência a 31 de Dezembro de 2023, sendo apresentadas em milhares de Meticais, arredondadas ao milhar mais próximo.

As presentes Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 1 de Abril de 2024 e serão sujeitas à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas agendada para 30 de Abril de 2024.

2. Principais políticas contabilísticas

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pela HCB nas suas operações e preparação das suas demonstrações financeiras.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticais à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

b) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados no decurso da actividade da Empresa são registados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço pago pela propriedade do activo e todos os custos directamente incorridos para o colocar no estado de funcionamento.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a empresa. As despesas de manutenção e reparação e outras associadas ao seu uso, são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso. Acresce referir que, existem activos cuja sua vida útil ultrapassa o período da concessão, uma vez que o contrato de concessão é omissivo no tratamento a dar aos mesmos no final do mesmo, a entidade que controla a HCB é a Concedente do contrato de concessão e é intuito da Concedente que a referida concessão permaneça na esfera da HCB para além do actual período acordado.

	Anos de vida útil
Construções	5 - 70
Equipamento básico	5 - 30
Mobiliário e Equipamento Administrativo e Social	5 - 10
Equipamento de transporte	4 - 5
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Outros Activos tangíveis	4 - 10

A Empresa efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que a quantia escriturada dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. A Empresa procede à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam a vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível é desreconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados, no período do seu desreconhecimento.

c) Activos intangíveis

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que a quantia escriturada excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui custos de aquisição, custos com impostos não dedutíveis, e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O custeio das saídas (consumos) é efectuado através do custo médio ponderado.

Os ajustamentos ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, registadas como uma dedução ao activo, por contrapartida dos resultados do exercício.

e) Imparidade de itens não monetários

A Empresa avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenham ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, a Empresa estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, a Empresa reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, a Empresa estima a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

f) Locações

A determinação se um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atentando à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, as quais transferem substancialmente para a empresa todos os riscos e vantagens, o custo do activo é registado como um activo tangível, e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota 2 b) e registada como gasto na demonstração de resultados dentro do período a que respeita.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo). Os encargos financeiros são reportados aos exercícios a que se referem.

Nas locações operacionais, as rendas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

g) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:

(i) Empréstimos e contas a receber

Classifica-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, que não estejam cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço da Empresa na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado, entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transacção.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

A Empresa avalia, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indique um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

O desreconhecimento dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expiram, e se proceda à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, não substancial dos riscos e benefícios associados à sua detenção, a empresa tenha transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Os activos detidos até à maturidade, assim como os empréstimos e contas a receber, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando do desreconhecimento e quando se encontram em imparidade assim como decorrente da aplicação do juro efectivo.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade.

i) Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida, ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

h) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

i) Passivos financeiros

(i) Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados, incluem os detidos para negociação e outros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial. Em referência a 31 de Dezembro de 2023, a Empresa não tem qualquer passivo financeiro classificado nesta categoria.

(ii) Empréstimos obtidos e contas a pagar

Classificamos nesta categoria os restantes passivos financeiros.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

Mensuração subsequente

Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial, são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidas em resultados se aquando do desreconhecimento ou quando se encontram em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

j) Provisões

A Empresa constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável dispêndio futuro de recursos financeiros, e este possa ser determinado com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

k) Reconhecimento de gastos e rendimentos

A Empresa regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estes elementos são reconhecidos na data da transacção que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Outros activos correntes” ou “Outros passivos correntes”, consoante a natureza das diferenças.

l) Reconhecimento do rédito

O rédito inerente às vendas é reconhecido na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens vendidos, neste caso de energia, são transferidos para o comprador. O rédito relacionado com a prestação de serviços é reconhecido quando os serviços são prestados.

Adicionalmente, qualquer montante obtido a título de compensação por interrupção de produção e fornecimento de energia eléctrica. É, também, reconhecido como rédito, desde que seja possível fazer corresponder o montante em causa ao rédito que seria reconhecido caso não tivesse ocorrido a interrupção em causa e o mesmo se qualifique para reconhecimento, nas situações acima descritas.

Sempre que se verifica uma situação de indisponibilidade de transporte da corrente eléctrica negociada à luz dos contratos de potência firme com recurso a quatro grupos geradores, e contratos de potência não firme (quando os cinco grupos geradores estão disponíveis), a empresa coloca a energia disponível na Southern African Power Pool – SAPP (bolsa de compra de energia a curto prazo). As vendas para a SAPP são reconhecidas após a reconciliação e confirmação das transacções efectivamente realizadas.

m) Prémio de fiabilidade

De acordo com o contrato firmado com a ESKOM, a Empresa tem direito a um prémio mensal que varia de acordo com a fiabilidade (qualidade e constância) do fornecimento de energia, reconhecido nas contas como rédito, no momento da emissão da factura.

n) Taxa de concessão

O contrato de concessão estabelece que a Empresa deve pagar ao Estado Moçambicano uma taxa de concessão correspondente a dez por cento (10%) da sua receita bruta mensal. A taxa de concessão deve ser liquidada até ao final do mês seguinte ao da facturação, na moeda de maior facturação da Empresa. Esta taxa é registada na Demonstração de Resultados como custo das vendas.

o) Plano de reforma de contribuição definida

O plano de contribuição definida, a obrigação legal ou construtiva da entidade está limitada à quantia acordada em contribuir para o fundo. Assim, a quantia dos benefícios pós-emprego a receber pelos empregados é apurada pela quantia das contribuições pagas pela entidade a um plano de benefícios pós-emprego ou a uma companhia de seguros, adicionada do retorno do investimento resultante das contribuições. Dever-se-á reconhecer um passivo (acréscimo de gastos), após deduzir qualquer contribuição já paga. Se a contribuição já paga exceder a contribuição devida por serviços prestados antes do final do período contabilístico, a empresa deve reconhecer o excesso como um activo (gastos diferidos) na medida em que o excesso possa resultar na redução de futuros pagamentos ou num reembolso de caixa. Se as contribuições para um plano de contribuição definida não se vencerem integralmente no prazo de um ano após o final do período durante o qual os empregados prestaram o correspondente serviço, devem ser descontadas utilizando uma taxa de desconto.

p) Impostos sobre o rendimento

(i) Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

(ii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis, assim como os benefícios fiscais, dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos), são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

O PGC-NIRF estabelece um conjunto de políticas contabilísticas, pelo que a preparação das demonstrações financeiras da HCB exige que a Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

As principais estimativas contabilísticas utilizadas pela empresa são analisadas como segue:

a) Imparidade de contas a receber

A Empresa reavalia periodicamente a evidência de imparidade, de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Nomeadamente, para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes recuperáveis. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, a Empresa efectua uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidas.

A Empresa considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

b) Vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis

A Empresa reavalia continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Caso se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

c) Imparidade de activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indiquem que a sua quantia registada excede a recuperável.

Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podem resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da empresa.

d) Provisões

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em situações em que a Empresa é parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda da Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores técnicos, sendo objecto de revisão anual.

e) Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela Empresa com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da empresa sobre o adequado enquadramento das suas operações.

Por outro lado, as Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal da Empresa durante um período de 5 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC e IVA, eventuais correcções.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que a empresa se encontra sujeita, pelo que eventuais correcções à matéria colectável declarada, decorrentes destas revisões, não se espera que venham a ter um efeito nas demonstrações financeiras.

4. Activos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos tangíveis é analisado como segue:

	31-Dez-2022	Aumentos	Alienações/Abates	Transferências	31-Dez-2023
Custo de aquisição					
Construções	34.208.138	82.618	-	1.835.457	36.126.213
Equipamento básico	33.163.688	212.599	(1.089)	2.296.110	35.671.308
Mobiliário e equipamento administrativo e social	884.074	38.139	-	134	922.347
Equipamento de transporte	1.134.705	283.574	(80.980)	553	1.337.852
Ferramentas e utensílios	452.971	42.739	(37)	21.015	516.688
Outros activos tangíveis	951.367	35.564	-	-	986.931
Investimentos em curso	5.863.164	1.561.110	(6.865)	(4.153.269)	3.264.140
	76.658.107	2.256.343	(88.971)	-	78.825.479
Depreciações acumuladas					
	31-Dez-2022	Depreciações do exercício	Alienações/Abates	Transferências	31-Dez-2023
Construções	12.760.192	773.473	-	306.666	13.840.331
Equipamento básico	14.583.204	1.293.047	(160)	(308.492)	15.567.599
Mobiliário e equipamento administrativo e social	620.689	105.424	-	1.591	727.704
Equipamento de transporte	860.795	93.525	(50.728)	-	903.592
Ferramentas e utensílios	288.495	52.732	(37)	-	341.190
Outros activos tangíveis	712.933	62.342	-	235	775.510
	29.826.308	2.380.543	(50.925)	-	32.155.926
Quantia escriturada	46.831.799				46.669.553

Activo bruto						
	31-Dez-2021	Aumentos	Alienações/Abates	Transferências	Imparidade de activos tangíveis	31-Dez-2022
Custo de aquisição						
Construções	32.565.677	11.274	(145)	1.631.332	-	34.208.138
Equipamento básico	32.938.864	76.957	(96.249)	244.116	-	33.163.688
Mobiliário e equipamento administrativo e social	856.227	31.787	(5.095)	1.155	-	884.074
Equipamento de transporte	1.069.244	98.210	(32.749)	-	-	1.134.705
Ferramentas e utensílios	428.803	24.013	(2.090)	2.245	-	452.971
Outros activos tangíveis	929.128	26.154	(3.915)	-	-	951.367
Investimentos em curso	5.724.657	2.017.355	-	(1.878.848)	-	5.863.164
	74.512.600	2.285.750	(140.243)	-	-	76.658.107
Depreciações						
	31-Dez-2021	Depreciações do exercício	Alienações/Abates	Transferências	Imparidade de activos tangíveis	31-Dez-2022
Depreciações acumuladas						
Construções	12.161.627	719.586	(83)	-	(120.938)	12.760.192
Equipamento básico	12.733.071	1.286.821	(37.813)	-	601.125	14.583.204
Mobiliário e equipamento administrativo e social	539.107	116.262	(4.256)	-	(30.424)	620.689
Equipamento de transporte	848.123	102.320	(32.149)	-	(57.499)	860.795
Ferramentas e utensílios	254.372	50.878	(1.085)	-	(15.670)	288.495
Outros activos tangíveis	674.635	11.435	(3.754)	-	30.617	712.933
	27.210.935	2.287.302	(79.140)	-	407.211	29.826.308
Quantia escriturada	47.301.665					46.831.799

Os aumentos verificados na rubrica de Investimentos, referem-se a vários projectos de reabilitação, de construções e de aquisição de equipamentos, com destaque para a reabilitação de 30KM de asfaltagem ao longo da vila de Songo (829.087,64 milhares de Meticaís), projecto de substituição de isoladores (660.133,4 Milhares de Meticaís), e ampliação da Estação de Tratamento de Água no Songo (163.108,5 milhares de Meticaís), entre outras beneficiações.

5. Activos intangíveis

O movimento ocorrido nos activos intangíveis é analisado como segue:

	Activo bruto				31-Dez-2023
	31-Dez-2022	Aumentos	Alienações/Abates	Transferências	
Custo de aquisição					
Propriedade industrial	21.306	-	-	-	21.306
Direito de uso (Terreno)	32.131	-	-	-	32.131
Softwares	376.652	-	-	-	376.652
Investimentos em curso	50.770	26.189	-	-	76.959
	480.859	26.189	-	-	507.048

	Amortizações				31-Dez-2023
	31-Dez-2022	Amortizações do exercício	Alienações/Abates	Transferências	
Amortizações acumuladas					
Propriedade industrial	1.066	-	-	-	1.066
Direito de uso (Terreno)	571	-	-	-	571
Softwares	312.473	18.216	-	-	330.689
	314.110	18.216	-	-	332.326
Quantia escriturada	166.749				174.722

	Activo bruto				31-Dez-2022
	31-Dez-2021	Aumentos	Alienações/Abates	Transferências	
Custo de aquisição					
Propriedade industrial	1.066	-	-	20.240	21.306
Direito de uso (Terreno)	32.131	-	-	-	32.131
Softwares	376.452	200	-	-	376.652
Investimentos em curso	27.889	43.121	-	(20.240)	50.770
	437.538	43.321	-	-	480.859

	Amortizações				31-Dez-2022
	31-Dez-2021	Amortizações do exercício	Alienações/Abates	Transferências	
Amortizações acumuladas					
Propriedade industrial	1.066	-	-	-	1.066
Direito de uso (Terreno)	571	-	-	-	571
Softwares	241.711	70,762	-	-	312.473
	243.348	70,762	-	-	314.110
Quantia escriturada	194.190				166.749

6. Inventários

A rubrica de inventários apresenta-se como segue:

	<u>31-Dez-2023</u>	<u>31-Dez-2022</u>
Matérias-primas, auxiliares e materiais	1.641.956	1.368.748
Matérias-primas, auxiliares e materiais em trânsito	3.145	2.125
	<u>1.645.101</u>	<u>1.370.873</u>
Ajustamento ao valor realizável líquido	(20.813)	(20.813)
	<u>1.624.288</u>	<u>1.350.060</u>

A rubrica de matérias-primas, auxiliares e materiais é composta pelos seguintes itens:

	<u>31-Dez-2023</u>	<u>31-Dez-2022</u>
Combustíveis e lubrificantes	49.904	52.227
Peças e sobressalentes	852.548	709.031
Material de manutenção, e reparação - Outros	86.944	67.530
Material de manutenção e reparação - Auto	156.658	135.718
Material de manutenção, e reparação, - Construções	147.277	121.673
Outros	348.625	282.569
	<u>1.641.956</u>	<u>1.368.748</u>

7. Clientes

Esta rubrica inclui os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-2023</u>	<u>31-Dez-2022</u>
ZESA	6.309.252	4.138.995
ESKOM	2.485.144	1.949.106
EDM - Electricidade de Moçambique	18.624.399	15.282.398
SAPP	1.467.904	1.858.256
	<u>28.886.699</u>	<u>23.228.755</u>
Imparidade acumulada de dívidas de clientes	(9.619.275)	(7.524.968)
	<u>19.267.424</u>	<u>15.703.787</u>

O movimento das perdas por imparidade apresenta-se como segue:

	<u>31-Dez-2023</u>	<u>31-Dez-2022</u>
A 1 de Janeiro	(7.524.968)	(6.801.264)
Aumento	(2.094.307)	(723.704)
A 31 de Dezembro	<u>(9.619.275)</u>	<u>(7.524.968)</u>

A perda por imparidade dos clientes é constituída em cerca de 79% pela dívida do cliente EDM – Electricidade de Moçambique. E. P. Os restantes 21% referem-se à imparidade sobre o saldo do cliente ZESA.

8. Outros activos financeiros

Esta rubrica decompõe-se como segue:

Não correntes	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Investimento de Capital - Mphanda Nkuwa- (i)	760.242	352.276
	760,242	352,276

- (i) Refere-se aos adiantamentos de capital feitos para financiar o funcionamento do Gabinete de implementação do Projecto Hidroeléctrico de Mphanda Nkuwa (GMNK), criado através do Diploma Ministerial 18/2019 de 7 de Fevereiro.

O Diploma estabelece que o orçamento de funcionamento do GMNK, deve ser suportado pelas empresas Electricidade de Moçambique (EDM) e Hidroeléctrica de Cahora Bassa, SA (HCB). O Diploma estabelece ainda que as contribuições feitas por estas duas entidades, deverão ser contabilizadas como adiantamentos ao capital social das sociedades de objecto específico a serem constituídas no desenvolvimento do projecto.

Correntes	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Dívidas de trabalhadores	30.944	25.859
Dívidas de Órgãos Sociais	1.207	1.832
Investimentos Financeiros (ii)	2.011.723	-
Devedores Sócios e acionistas	999.791	-
Outros	87.743	136.746
	3.131.408	164.437

- (ii) Os investimentos financeiros correspondem a investimentos feitos pela Empresa em Bilhetes de Tesouro conforme tabela a seguir:

Data do Investimento	Maturidade (Dias)	Valor	Banco
13.09.2023	365D	400.167	Banco Comercial e de Investimentos
07.11.2023	72D	398.967	Banco Absa
20.12.2023	91D	249.725	Banco BIG
20.12.2023	91D	249.745	Banco Absa
06.12.2023	91D	462.790	Banco Absa
20.12.2023	91D	125.000	Banco Absa
20.12.2023	91D	125.329	Banco Comercial e de Investimentos
		2.011.723	

O movimento da imparidade acumulada de activos financeiros, apresenta-se como segue:

	<u>31-Dez-2023</u>	<u>31-Dez-2022</u>
Saldo inicial	4.080	5.293
Movimentos do período	-	(1.213)
Saldo final	<u>4.080</u>	<u>4.080</u>

9. Outros activos correntes

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	<u>31-Dez-2023</u>	<u>31-Dez-2022</u>
Adiantamento a fornecedores	485.282	333.354
Acréscimos e proveitos diversos	26.500	4.153
	<u>511.782</u>	<u>337.507</u>

10. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa apresentam-se como segue:

	<u>31-Dez-2023</u>	<u>31-Dez-2022</u>
Caixa	55	25
Depósitos à ordem	4.527.934	3.086.015
Depósitos à prazo	20.934.230	17.726.533
	<u>25.462.219</u>	<u>20.812.573</u>

A composição de caixa e equivalentes de caixa por moeda de origem apresenta-se como segue:

	<u>31-Dez-2023</u>	<u>31-Dez-2022</u>
Meticals	2.227.402	459.406
Euros	59.299	8.477.467
Dólar Norte-Americano	20.901.745	10.389.256
Rands Sul-Africanos	2.273.773	1.486.444
	<u>25.462.219</u>	<u>20.812.573</u>

O saldo de caixa de acordo com a moeda de origem decompõe-se do seguinte modo:

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Meticals	55	25
	55	25

11. Capital social

O capital social da HCB encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo expresso por 27 475 492 580 acções ordinárias de valor unitário de 1 Metical cada, tal como segue:

	31-Dez-2023			31-Dez-2022		
	Quantidade	Valor (Meticais)	%	Quantidade	Valor (Meticais)	%
Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A.	23.354.168.693	23.354.168.693	85.0%	23.354.168.693	23.354.168.693	85.0%
REN – Redes Eléctricas Nacionais, S.A.	2.060.661.943	2.060.661.943	7.5%	2.060.661.943	2.060.661.943	7.5%
Investidores nacionais diversos	1.098.566.173	1.098.566.173	4.0%	1.098.566.173	1.098.566.173	4.0%
Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. - Acções próprias	962.095.771	962.095.771	3.5%	962.095.771	962.095.771	3.5%
	27.475.492.580	27.475.492.580	100%	27.475.492.580	27.475.492.580	100%
Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. - Acções próprias	(962.095.771)	(962.095.771)	(3.5%)	(962.095.771)	(962.095.771)	(3.5%)
	26.513.396.809	26.513.396.809	96.5%	26.513.396.809	26.513.396.809	96.5%

Em 19 de Novembro de 2017, através do Contrato de Compra e venda de acções entre a CEZA II – Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A. e a HCB, subsequente à deliberação dos Acionistas, a HCB procedeu à compra de 2 060 661 994 acções ordinárias, tituladas pela CEZA II, representativas de 7.5% do capital social da HCB, livres de ónus ou encargos, pelo valor de USD 94.500.000 financiado pelo Millennium BIM, representando deste modo, as acções próprias da HCB.

A 20 de Maio de 2019 foi feito o lançamento da Oferta Pública de Venda de acções da HCB (OPV) que culminou com a venda de 1 099 019 704 acções correspondentes a 4% do total de acções da empresa.

O processo de venda das acções que se destinava a investidores individuais e colectivos de nacionalidade Moçambicana, teve o seu término a 12 de Julho do mesmo ano. Dos 4% das acções vendidas, 5 576 750 representando 1 671 investidores se encontravam a 12 de Julho de 2019 em situação de subscritas e não realizadas. A conclusão do processo registou-se a 17 de Janeiro de 2020 com a realização de apenas 5 123 220 acções correspondentes a 1 215 investidores. As remanescentes 453 530 acções foram devolvidas à HCB como acções próprias. Tendo em conta a quantidade reduzida que estas acções representam, não se verifica alteração na estrutura de capital da empresa, verificada a 31 de Dezembro de 2019.

Entretanto, tendo em conta a quantidade reduzida destas acções em relação ao universo das mesmas, o capital social da Empresa continua a ser detido em 85% pela Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A. (CEZA), em 7.5% pela REN- Redes Eléctricas Nacionais, S.A., em 4% pelos investidores nacionais sendo os remanescentes 3.5% detidos pela HCB (acções próprias).

De acordo com a lei vigente, a Empresa deve transferir para a reserva legal 5% dos lucros líquidos até que esta represente pelo menos 20% do capital social (Artº 444 do Código Comercial). Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

De acordo com a Assembleia-geral de Accionistas de 03 de Maio de 2023, o lucro do exercício anterior foi aplicado como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado transitado	9.207.021	10.154.876
Dividendos declarados	(4.136.090)	(3.700.000)
	<u>5.070.931</u>	<u>6.454.876</u>

12. Empréstimos obtidos

Esta rubrica compreende os seguintes empréstimos bancários:

	<u>31-Dez-2023</u>	<u>31-Dez-2022</u>
Empréstimos obtidos	-	299.153
	-	<u>299.153</u>
Correntes		
Empréstimos obtidos (i)	184.960	17.365
	<u>184.960</u>	<u>17.365</u>
	<u>184.960</u>	<u>316.518</u>

Os empréstimos obtidos são analisados como segue:

(i) Fundo Europeu de Desenvolvimento

Este empréstimo resultou dos acordos de financiamento assinados entre o Fundo Europeu de Desenvolvimento e o Estado Moçambicano, representado pelo Ministério das Finanças, e que à data de 26 de Novembro de 2007, foram revistos os termos e condições de reembolso. O empréstimo foi contraído em 15 000 milhares de Euros tendo o acordo sido assinado em 11 de Julho de 1995, com reembolso em 60 semestralidades iguais e constantes de capital e juros, vencendo-se a primeira 13 anos e cinco meses após a data da assinatura do acordo de financiamento, ou seja, a 11 de Dezembro de 2008. O empréstimo foi contraído à taxa de juro de 2.5% com maturidade para Junho de 2038. Em 2023, a pedido do Tesouro, foi feito o pagamento de cerca de 42% do saldo que se encontrava em dívida no mês de Dezembro de 2023. Foi igualmente acordado o pagamento integral antecipado do saldo remanescente em duas prestações, nos meses de Junho e Dezembro de 2024, respectivamente.

A 31 de Dezembro de 2023 encontram-se em dívida 2 614.5 milhares de Euros (2022: 4 636 milhares de Euros).

O empréstimo foi contraído para financiar a reabilitação das linhas de transporte de energia (HVDC) para a África do Sul, numa extensão de aproximadamente 900 Km em território Moçambicano. após a guerra civil que afectou o país.

(ii) Agência Francesa de Desenvolvimento

No âmbito da implementação do projecto CAPEX Vital, que é um plano de investimento com a duração de dez anos, no qual estima-se investir cerca de EUR 500 milhões, para a reabilitação dos principais elementos da cadeia de produção e transporte de energia, programa que inclui, entre outros, a reabilitação de secções críticas da Subestação do Songo (Projecto Brownfield 3) e de parte dos equipamentos da Central Sul (Projecto ReabSul 2 – RS2), a Empresa celebrou, no dia 22 de Dezembro de 2022, um Contrato de Abertura de Crédito (*Credit Facility Agreement*) com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), que irá conceder uma linha de crédito no valor total de EUR 100 milhões para o financiamento do RS2, à taxa de juro de 2,03% com maturidade de 15 anos. O primeiro desembolso está previsto para Outubro de 2024.

Através da AFD, a HCB vai receber também uma subvenção da União Europeia (*EU Grant*), que constitui uma contribuição financeira sob a forma de doação. Nos termos do Regulamento (EU, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Julho de 2018, a gestão indirecta é um dos modos de execução orçamental (para além da directa e da partilhada) e pode ser concretizada por via de delegação a entidades terceiras (nomeadamente organismos internacionais, organizações dos Estados-Membros da União Europeia, Banco Europeu de Desenvolvimento, etc.) para a implementação de fundos e garantias orçamentais. Na presente situação, o *EU Grant*, a ser concedido no âmbito do Africa Investment Platform (AIP) da União Europeia, será utilizado para o pagamento de custos de investimento, gestão hídrica, formação vocacional, implementação de políticas de género na HCB, melhoria da capacidade de comunicação e digitalização, reforço das linhas HVDC e cibersegurança.

13. Fornecedores

Os fornecedores incluem os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-2023</u>	<u>31-Dez-2022</u>
Fornecedores nacionais	486.120	419.225
Fornecedores estrangeiros	236.650	596.627
Fornecedores com facturas em recepção e conferência	248.764	180.927
	<u>971.534</u>	<u>1.196.779</u>

Os Fornecedores nacionais incluem, essencialmente, custos com a aquisição de viaturas de serviços e corpos sociais para Maputo, Chimoio e Songo; despesas com a ampliação da bombagem e parte da ETA e rede de distribuição de água da Vila do Songo adjudicado; custos com serviços de consultoria para a Implementação do Plano Director de Sistemas de Informação; custos relacionados ao fornecimento e montagem de up's nos escritórios da geração, estaleiro e edificio do sindicato; entre outros custos.

Os Fornecedores estrangeiros incluem responsabilidades relacionadas com a aquisição de diversos equipamentos e serviços fornecidos por diversas entidades, entre os quais a GE Hydro France (fornecimento de equipamento para reparação das pistas de guiamento das comportas e roletes dos descarregadores 1. 3 e 4); despesas relacionadas com o

fornecimento de materiais e respectivos serviços para a reabilitação de duas pontes rolantes de 500 toneladas da Central Hidroeléctrica (Adjudicado ao fornecedor Atlântico); custos com estudos geotécnicos do Eléctrodo de Terra - Chitima para *inputs* ao projecto Brownfield 3 pelo fornecedor GCS – Water and Environment; despesas relacionadas com avaliação da situação e a condição técnica das linhas de transmissão de alta tensão do subsistema centro/norte da rede nacional de transmissão, entre outros bens e serviços.

14. Provisões

A provisão para riscos e encargos foi constituída para fazer face a perdas esperadas com acções judiciais em que a Empresa é ré, incluindo contingências diversas e assim decompõe-se:

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Provisões para processos judiciais em curso	28.353	32.766
Provisões para riscos e encargos	134.364	190.646
	162.717	223.412

As provisões tiveram o seguinte movimento:

	31-Dez-2022	31-Dez-2022
A 1 de Janeiro	223.412	147.342
Aumento - provisão para outros riscos	(56.281)	81.053
Redução - Provisão para processos judiciais	(4.414)	(4.983)
A 31 de Dezembro	162.717	223.412

15. Outros passivos financeiros

Esta rubrica inclui os seguintes saldos:

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Correntes		
Dívidas aos órgãos sociais	903	898
Dívidas ao pessoal	26.639	9.462
Fundo complementar de reforma - Sanlam	24	14.187
Estado de Moçambique - Taxa de concessão (a)	331.811	239.147
Outros passivos financeiros (b)	501.580	157.843
	860.957	421.537

31-Dez-2023

31-Dez-2022

Dividendos a pagar

Saldo inicial	-	-
Dividendos declarados durante o ano	4.136.090	3.700.000
Saldo final	-	-
Dividendos pagos durante o ano	4.136.090	3.700.000

(a) Estado de Moçambique – Taxa de concessão

No âmbito da reversão, foi assinado um contrato de concessão do empreendimento Hidroeléctrico de Cahora Bassa entre o Estado Moçambicano e a HCB, pelo que o saldo do Estado de Moçambique refere-se à “Taxa de concessão” correspondente a 10% dos rendimentos brutos da HCB. De acordo com o Decreto n.º 03/09 de 17 de Fevereiro. O valor da taxa de concessão deve ser pago integralmente ao Governo Moçambicano.

(b) Outros passivos financeiros

Os outros passivos são compostos pelos seguintes valores:

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Acréscimos e diferimentos - prémio de performance individual / prémio de gestão	432.790	148.009
Outros	68.845	9.834
	501.635	157.843

- (i) Prémio de gestão corresponde à estimativa que o Conselho de Administração prevê pagar à Gestão e aos colaboradores da empresa definidos em função dos respectivos desempenhos.

16. Imposto a pagar

Esta rubrica inclui os seguintes movimentos:

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Saldo inicial	885.621	(129.012)
Pagamento final relativo ao exercício anterior	(1.014.633)	-
Retenções na fonte	(47.866)	(42.056)
Pagamentos por conta relativos ao exercício	(3.771.176)	(3.699.337)
Gasto de imposto do exercício	7.589.211	4.756.026
	3.641.157	885.621

17. Outros passivos correntes

Esta rubrica inclui os seguintes saldos:

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Estado		
INSS	27.171	24.601
Retenções na fonte	19.146	105.691
Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA)	56.775	20.729
Imposto de selo e outros	642	614
		35

	103.734	151.635
	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Outros acréscimos		
Acréscimos (i)	137.897	63.568
Seguros multi-riscos	55.227	50.983
	193.124	114.551
	296.858	266.186

(i) O valor corresponde a especialização de custos diversos referentes ao exercício de 2023, cujas facturas e respectivos pagamentos foram emitidas em 2024.

18. Rédito

O rédito decompõe-se como segue:

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
ESKOM (África do Sul)	26.973.180	22.152.673
ZESA (Zimbabwe)	2.091.141	1.606.836
EDM - Electricidade de Moçambique	5.826.484	3.276.105
SAPP	698	48.849
Vendas de bens	34.891.503	27.084.463
Serviços	25.478	24.816
	34.916.981	27.109.279

As vendas de energia do período equivalem a cerca de 14 465 221.8 MWh. 0.74% acima das vendas do ano de 2022 (14 358 801.2 MWh). Apesar do aumento das quantidades vendidas, o volume de vendas regista uma variação positiva na ordem de 28.8% como resultado do ajuste da tarifa de venda de energia.

19. Variação da produção e de trabalhos em curso

Esta rubrica refere-se a investimentos realizados pela própria Empresa no âmbito de trabalhos desenvolvidos na vila do Songo, compreendendo, essencialmente, a reparação geral de imóveis, entre outros. no montante de 23 249 Milhares de Meticais (22 397 Milhares de Meticais em 2022).

20. Custo dos inventários vendidos ou consumidos

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
	Matérias-primas. auxiliares e materiais	Matérias-primas. auxiliares e materiais
Inventários iniciais (Nota 6)	1.370.873	1.196.083
Compras	280.910	197.090
Taxa de concessão	3.485.857	2.708.447
		36

Regularização de inventários	76	19.203
<i>Inventários finais (Nota 6)</i>	(1.645.101)	(1.370.873)
Custo do exercício	3.492.615	2.749.950

21. Gastos com pessoal

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Remunerações da Administração	270.198	182.164
Subsídios da Administração	37.859	38.078
Remunerações do pessoal	2.290.042	2.087.559
Subsídios do pessoal	952.472	608.958
Contribuições da empresa para o Fundo Complementar de Pensões	59.412	53.333
INSS - Contribuições da HCB	122.302	112.610
Formação	41.122	48.386
Assistência médica e medicamentosa	162.456	208.500
Outros encargos com o pessoal	143.869	146.634
	4.079.732	3.486.222

O número médio de colaboradores a 31 de Dezembro de 2023 foi de 763 (780 em 2022).

Em 2023 a percentagem do ajuste salarial corresponde a 9.6% (3.0% em 2022).

22. Fornecimentos e serviços de terceiros

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Manutenção e reparação	496.489	507.951
Comunicações	102.756	100.258
Combustíveis e lubrificantes	106.769	104.321
Trabalhos especializados	399.013	378.340
Deslocações e estadias	145.315	113.448
Publicidade e propaganda	254.270	242.027
Honorários	50.703	60.289
Vigilância e segurança	130.832	154.249
Seguros automóvel	22.176	27.975
Rendas e alugueres diversos	43.167	39.456
Seguros multi-riscos	521.639	481.920
Outros (ii)	368.121	322.452
	2.641.250	2.532.686

O saldo de outros é composto por todos outros custos que não se podem classificar nas categorias acima, sendo de destacar os seguintes:

	<u>31-Dez-2023</u>	<u>31-Dez-2022</u>
Custos de bem estar	59.113	47.515
Material interno de segurança	56.174	44.439
Limpeza, higiene e conforto	55.792	53.158
Royalties	71.035	71.986
Material e equipamento hospitalar	13.390	20.085
Água e Electricidade	4.405	5.991
Material habitacional	19.690	4.570
Outros	88.522	74.708
	<u>368.121</u>	<u>322.452</u>

23. Outros ganhos e perdas operacionais

Os outros ganhos e perdas operacionais apresentam-se como segue:

	<u>31-Dez-2023</u>	<u>31-Dez-2022</u>
Venda de água e luz	6.100	7.240
Indeminizações de seguros	13.223	-
Ganhos em inventários	24.222	13.076
Anulação de excesso de especializações	40.423	16.880
Outros	32.402	18.882
Ganhos e rendimentos operacionais	<u>116.370</u>	<u>56.078</u>
Impostos e taxas	(12.180)	(25.001)
Programas de responsabilidade Social	(159.893)	(140.132)
Donativos ao Estado	(377.961)	(134.539)
Donativos no âmbito do Mecenato	(70.233)	(64.055)
Protecção da água - Ara-Zambeze	(23.289)	(22.985)
Quotizações	(16.519)	(13.115)
Outros gastos	(23.106)	(475.418)
Gastos e perdas operacionais	<u>(683.181)</u>	<u>(875.245)</u>
Outros ganhos e perdas operacionais	<u>(566.811)</u>	<u>(819.167)</u>

24. Rendimentos financeiros

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31-Dez_2023	31-Dez_2022
Juros obtidos	1.334.419	635.191
Diferenças de câmbio favoráveis	4.458.225	2.378.090
Outros	695	523
	5.793.339	3.013.804

25. Gastos financeiros

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31-Dez_2023	31-Dez_2022
Juros suportados	7.708	11.495
Diferenças de câmbio desfavoráveis	4.633.739	3.460.743
Serviços bancários	19.028	21.641
	4.660.475	3.493.879

26. Imposto sobre o rendimento

A taxa de imposto é de 32% (32% em 2022). O imposto sobre o rendimento apresenta-se como segue:

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Imposto corrente - Gasto	(7.589.211)	(4.756.026)
Imposto diferido – (Gasto) / Rendimento	(188.722)	57.310
	(7.777.933)	(4.698.716)

O movimento nos impostos diferidos foi o seguinte:

	31-Dez-2022	Demonstração de resultados		31-Dez-2023
		Gasto	Rendimento	
Activos por impostos diferidos				
Diferenças de câmbio não realizadas desfavoráveis	195.145	-	84.385	279.530
Depreciações de activos tangíveis	546.213	(273.107)	-	273.106
	741.358	(273.107)	84.385	552.636

	31-Dez-2021	Demonstração de resultados		31-Dez-2022
		Gasto	Rendimento	
Activos por impostos diferidos				
Diferença de câmbio não realizada desfavoráveis	125.176	-	69.969	195.145
Depreciação activos tangíveis	558.872	(12.659)	-	546.213
	684.048	(12.659)	69.969	741.358

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
	Valor	Valor
Resultado antes de imposto	20.799.619	13.905.738
Correcções fiscais		
<u>Diferenças temporárias</u>		
Amortizações não aceites como custo fiscal	21.680	31.652
Diferenças de câmbio não realizadas	321.094	246.501
Reposição de diferenças de câmbios não tributadas	563.514	(560.908)
Provisões acima dos limites fiscais (i)	1.661.084	833.053
	<u>2.567.372</u>	<u>550.298</u>
<u>Diferenças permanentes</u>		
Encargos com viaturas e ajudas de custo não aceites	66.182	85.498
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos	47	2.212
Realizações de utilidade social não enquadráveis	219.066	270.068
Impostos suportados por conta de Outrem	4.752	4.076
Donativos acima dos limites fiscais	16.815	29
Alienações	3.001	30.670
Impostos suportados – IVA	3.355	13.501
Outros custos não aceites	36.075	493
	<u>349.293</u>	<u>406.547</u>
Matéria colectável	23.716.284	14.862.583
Imposto corrente	<u>7.589.211</u>	<u>4.756.027</u>
Retenções na fonte	(47.866)	(42.056)
Pagamento por conta e crédito de imposto	(3.771.176)	(3.699.337)
Imposto	<u>3.770.169</u>	<u>1.014.633</u>

(i) Provisões acima dos limites fiscais

Estes montantes correspondem às diferenças temporárias decorrente do reforço das perdas por imparidade de clientes, as quais apenas serão materializadas em custo fiscal decorrente do montante das contas a receber. As perdas de imparidade de clientes são aceites como custo fiscal no montante anual correspondente a 1,5% dos saldos a receber dos clientes e ao montante acumulado de 6% dos saldos a receber dos clientes.

	31-Dez-2023		31-Dez-2022	
	Valor	%	Valor	%
Imposto sobre lucro contabilístico	6.654.823	32,0%	4.449.836	32,0%
Imposto sobre diferenças permanentes	112.828	0,5%	130.094	1,0%
Imposto diferido não reconhecido sobre diferenças temporárias dedutíveis / (tributáveis)	538.484	2,0%	276.707	2,0%
Imposto diferido - ajustamentos relativos a anos anteriores	471.797	2,0%	(157.920)	(1,0%)
	7.777.933	36,5%	4.698.717	34,0%

27. Resultado por acção

	31-Dez_2023	31-Dez_2022
Lucro Líquido (Valores em Meticais)	13.064.312.380	9.207.021.333
Número médio ponderado de acções ordinárias e investidas	26.513.396.809	26.513.396.809
Resultado básico por acção	0.49	0.35

28. Dividendos por acção

	31-Dez_2023	31-Dez_2022
Dividendos declarados (valores em Meticais)	4.136.089.902	3.700.000.000
Número médio ponderado de acções ordinárias e investidas	26.513.396.809	26.513.396.809
Dividendo por acção	0.16	0.14

Os dividendos declarados foram de 0.14 Meticais e 0.16 Meticais por acção, respectivamente, para os exercícios económicos de 2021 e 2022, tendo sido pagos em 2022 e 2023. Os dividendos propostos para deliberação dos accionistas na Assembleia Geral agendada para 30 de Abril de 2024 relativos ao exercício económico de 2023, a serem pagos em 2024 estão na ordem de 0.22 Meticais por acção, sendo o dividendo total de 5.832.947.297,98 Meticais.

Estas Demonstrações Financeiras não reflectem os dividendos propostos.

29. Partes relacionadas

A HCB é detida em 85% pela CEZA que por sua vez é detida em 100% pela EDM – Electricidade de Moçambique, E.P.

As transações com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Vendas e prestações de serviços	Outros ganhos e perdas operacionais	Dividendos	Investimentos
---------------------------------	-------------------------------------	------------	---------------

Accionistas

CEZA - Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A.	2023	-	-	(3.643.188)	-
CEZA - Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A.	2022	-	-	(3.259.067)	-
REN – Redes Eléctricas Nacionais, S.A.	2023	-	-	(321.458)	-
REN – Redes Eléctricas Nacionais, S.A.	2022	-	-	(287.565)	-

Outras partes relacionadas

EDM - Electricidade de Moçambique E.P.	2023	5.826.484	-	-	-
EDM - Electricidade de Moçambique E.P.	2022	3.276.105	-	-	-
Gabinete de Implementação do Projecto Hidroeléctrico do Mphanda Nkuwa (GMNK)	2023	-	-	-	407.962
Gabinete de Implementação do Projecto Hidroeléctrico do Mphanda Nkuwa (GMNK)	2022	-	-	-	241.823

		<u>Activos financeiros</u>	<u>Passivos financeiros</u>	<u>Dividendos</u>	<u>Investimentos</u>
<i>Accionistas</i>					
CEZA - Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A.	2023	999.791	-	-	-
CEZA - Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A.	2022	-	-	-	-
<i>Outras partes relacionadas</i>					
EDM - Electricidade de Moçambique E.P.	2023	18.624.399	-	-	-
EDM - Electricidade de Moçambique E.P.	2022	15.282.398	-	-	-
Gabinete de Implementação do Projecto Hidroeléctrico do Mphanda Nkuwa (GMNK)	2023	760.242	-	-	-
Gabinete de Implementação do Projecto Hidroeléctrico do Mphanda Nkuwa (GMNK)	2022	352.276	-	-	-

Benefícios do pessoal chave de gestão

	<u>31-Dez_2023</u>	<u>31-Dez_2022</u>
Remunerações da Administração	270.198	182.164
	<u>270.198</u>	<u>182.164</u>

30. Contingências e garantias
Contingências fiscais

A empresa foi auditada pela Autoridade Tributária de Moçambique, relativamente aos exercícios fiscais de 2014 a 2017 tendo sido notificada, em 10 de Dezembro de 2020 a pagar o montante total de 112.863.104 MT no prazo de 30 dias. A

HCB concordou com o montante de 53.926.162 MT tendo efectuado o pagamento a 6 de Janeiro de 2021. O remanescente, no valor de 58.936.942 MT está em disputa junto à Autoridade Tributária, tendo a HCB submetido um Recurso Hierárquico. O processo se encontra em análise a nível do Tribunal Fiscal. No dia 16 de Março de 2023, a HCB recebeu uma Notificação com solicitação de esclarecimentos adicionais, a qual foi respondida no dia 27 de Março de 2023. Na sequência do processo, foi emitida uma garantia bancária a favor da Autoridade Tributária de Moçambique, no valor de 58.936.942,79MT. O processo está a ser tramitado com apoio dos advogados externos da empresa.

Garantias bancárias

<u>Garantias bancárias cedidas</u>	<u>Entidade beneficiária</u>	<u>Valor</u>		
		<u>Moeda original</u>	<u>Meticaís</u>	
BCI -Banco Comercial e de Investimentos	Estado Moçambicano	USD	11.870.370	758.516.643
BCI -Banco Comercial e de Investimentos	Autoridade Tributária de Moçambique	MZN		58.936.943
				817.453.586

A garantia ao Estado Moçambicano foi emitida no Banco Internacional de Moçambique, SA, no dia 16 de Abril de 2020 com validade até 16 de Abril de 2025. É uma Garantia de Manutenção e Execução, no valor de onze milhões oitocentos e setenta mil trezentos e setenta dólares dos Estados Unidos da América, de acordo com o contracto de concessão.

31. Compromissos

Os compromissos para investimentos de capital assumidos à data de 31 de Dezembro de 2024 e para os próximos 5 anos, correspondem aos seguintes valores em milhares de Meticaís:

2024	2025	2026	2027	2028
12,059,158	18,061,424	53,580,196	44,775,246	44,365,013

32. Gestão de risco, objectivos e políticas

A actividade da HCB é exposta a uma diversidade de riscos financeiros, o que envolve a análise, aceitação e gestão de certos graus de riscos ou combinação dos mesmos. O objectivo do Conselho de Administração da HCB é por isso alcançar um equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno, e minimizar os efeitos potenciais adversos ao desempenho financeiro.

A HCB procede à venda de energia na sua maioria para o mercado regional, sendo o Rand sul-africano a moeda de referência dos contratos. Os grandes investimentos são financiados no mercado internacional, estando a HCB desta forma exposta a flutuações cambiais e de taxas de juro externas.

Desta feita, as políticas de gestão de risco da HCB são desenhadas a fim de identificar e analisar estes riscos, estabelecer limites de risco e controlo, e monitorar os riscos e aderência aos limites através de sistemas de informação fiáveis e actualizados. A HCB revê periodicamente as suas políticas de gestão de risco e sistemas a fim de melhor se precaver face às variações de mercado.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de mudanças nos preços de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio. O objectivo da gestão do risco de mercado é gerir e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros que a Gestão considere aceitável.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é o risco de que fluxos monetários futuros de um instrumento financeiro irão flutuar devido a alterações nas taxas de juro de mercado. O risco do justo valor da taxa de juro é o risco de que um valor de um determinado instrumento financeiro irá flutuar devido a taxas de juro do mercado. A exposição da HCB face ao risco da taxa de juro prende-se essencialmente por via da venda futura de energia, assim como aos empréstimos de taxa de juro variável.

A política da HCB passa por obter financiamento por via de taxas fixas, assim como variáveis, bem como pela contratação de taxas de cobertura, a fim de minimizar as variações das taxas de juro.

A tabela abaixo sumariza a sensibilidade da HCB ao risco de taxa de juro em relação aos juros provenientes de empréstimos e aplicações financeiras a 31 de Dezembro, considerando um aumento/diminuição da taxa de juro em 100 pontos base:

	<u>Efeito em resultados antes de impostos</u>
31-Dez-2023	
Mimo - Aumento	22.274
Mimo - Diminuição	(22.274)
Euribor – Aumento	(1.257)
Euribor – Diminuição	1.257
Libor – Aumento	209.017
Libor – Diminuição	(209.017)
Jibor - Aumento	22.738
Jibor - Diminuição	(22.738)
31-Dez-2022	
Mimo - Aumento	4.594
Mimo - Diminuição	(4.594)
Euribor - Aumento	81.609
Euribor - Diminuição	(81.609)
Libor – Aumento	103.893
Libor - Diminuição	(103.893)
Jibor - Aumento	14.864
Jibor - Diminuição	(14.864)

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras da HCB podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais MZN/EUR, MZN/USD e MZN/ZAR. A HCB procura atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

As taxas de câmbio utilizadas para conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Rand Sul Africano	3.47	3.77
Dólar Norte- Americano	63.90	63.87
Euro	70.65	68.18

A tabela abaixo sumariza a exposição da HCB ao risco de taxa de câmbio, a 31 de Dezembro:

	31-Dez-2023								
	Total	MZN	EUR	CHF	AUD	CAD	GBP	USD	ZAR
Activo									
Caixa e equivalentes de caixa	25.462.219	2.227.402	59.299	-	-	-	-	20.901.745	2.273.773
Clientes	28.886.699	18.624.399	-	-	-	-	-	1.467.904	8.794.395
Outros activos financeiros	3.131.408	3.000.835	-	-	-	-	-	124.717	5.857
Outros activos correntes	511.782	304.975	75.343	-	-	-	-	131.464	-
	57.992.108	24.157.611	134.642					22.625.830	11.074.025
Passivo									
Empréstimos bancários	184.960	-	184.960	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	971.534	793.984	141.276	-	-	-	3.389	-	32.885
Outros passivos financeiros	860.957	381.340	147.694	-	-	-	111	-	331.811
Outros passivos correntes	296.858	296.858	-	-	-	-	-	-	-
	2.314.309	1.472.182	473.931				3.500		364.696
Posição líquida	55.677.800	22.685.429	(339.289)				(3.500)	22.625.830	10.709.329

	31-Dez-2022								
	Total	MZN	EUR	CHF	AUD	CAD	GBP	USD	ZAR
Activo									
Caixa e equivalentes de caixa	20.812.572	459.406	8.477.467	-	-	-	-	10.389.256	1.486.444
Clientes	23.228.755	15.282.398	-	-	-	-	-	1.858.256	6.088.101
Outros activos financeiros	732.169	675.787	-	-	-	-	-	50.645	5.737
Outros activos correntes	122.054	113.292	-	-	-	-	-	8.762	-
	44.895.550	16.530.883	8.477.467					12.306.919	7.580.281
Passivo									
Empréstimos bancários	316.518	-	316.518	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	1.196.779	603.214	576.767	-	-	-	9.775	-	7.023
Outros passivos financeiros	272.993	27.040	6.149	-	-	-	41	-	239.763
Outros passivos correntes	414.729	414.729	-	-	-	-	-	-	-

	2.201.019	1.044.982	899.435	-	-	-	9.816	-	246.786
Posição líquida	42.694.530	15.485.901	7.578.032	-	-	-	(9.816)	12.306.919	7.333.495

A tabela abaixo sumariza a sensibilidade às variações cambiais nos resultados antes dos impostos considerando uma variação de 10%.

	<u>Efeito em resultados antes de impostos</u>
31-Dez-2023	
Euros - Diminuição	35.368
Euros - Aumento	(35.368)
Dólares norte-americanos - Aumento	2.242.569
Dólares norte-americanos - Diminuição	(2.242.569)
Rand Sul-Africano - Aumento	948.845
Rand Sul-Africano - Diminuição	(948.845)
Libra Esterlina - Diminuição	350
Libra Esterlina - Aumento	(350)
31-Dez-2022	
Euros - Aumento	757.803
Euros - Diminuição	(757.803)
Dólares norte-americanos - Aumento	1.230.592
Dólares norte-americanos - Diminuição	(1.230.592)
Rand Sul-Africano - Aumento	733.350
Rand Sul-Africano - Diminuição	(733.350)
Libra Esterlina - Diminuição	982
Libra Esterlina - Aumento	(982)

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco da HCB incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes e clientes não cumprirem com as suas obrigações. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez.

A exposição máxima ao risco de crédito a 31 de Dezembro apresenta-se como segue:

	<u>31-Dez-2023</u>	<u>31-Dez-2022</u>
Cientes	19.267.424	15.703.787
Outros activos financeiros	3.888.042	516.713
Caixa e equivalentes de caixa	25.462.219	20.812.573
	<u>48.617.685</u>	<u>37.033.072</u>

Por sua vez, a análise da antiguidade de saldos de contas de clientes apresenta-se como segue:

	Antiguidade de saldos						
	< 30 dias	30 - 60 dias	60 - 90 dias	>90 dias	Quantia bruta	Imparidade	Quantia líquida
31-Dez-2023	571.928	1.142.732	220.966	26.951.072	28.886.699	(9.619.275)	19.267.424
31-Dez-2022	2.499.135	806.828	1.043.078	18.879.714	23.228.755	(7.524.968)	15.703.787

Risco de Liquidez:

O risco de liquidez é o risco da HCB não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes se vencem. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez.

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e defluxos de caixa, bem como os respectivos gastos de liquidez.

O objectivo da HCB é manter o equilíbrio entre a continuidade do financiamento e flexibilidade através da utilização de descobertos bancários, empréstimos bancários, locações financeiras, e o mais importante, a venda futura de energia.

31 de Dezembro de 2023	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos obtidos	184.960	-	-	184.960
Outros passivos financeiros correntes e não correntes	861.008	-	-	861.008
Outros passivos correntes e não correntes	290.459	-	-	290.459
	1.336.427	-	-	1.336.427
31 de Dezembro de 2022	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos obtidos	17.365	194.544	104.609	316.518
Outros passivos financeiros correntes e não correntes	421.537	-	-	421.537
Outros passivos correntes e não correntes	266.186	-	-	266.186
	705.088	194.544	104.609	1.004.241

Gestão de Capital

O principal objectivo da gestão do capital da HCB é garantir um sólido rácio de capital de dívida a fim de alavancar os seus negócios e maximizar o valor para os seus accionistas.

A HCB gere a sua estrutura de capital de acordo com a evolução das condições de mercado. A fim de manter ou ajustar a sua estrutura de capital, a HCB pode ajustar o pagamento de dividendos aos accionistas, ou emitir novas acções, condicionado aos acordos de reversão celebrados (ver nota introdutória).

Não foram efectuadas alterações nos objectivos, políticas ou processos para gestão de capital durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2023.

A HCB analisa o seu endividamento através do rácio de alavancagem.

	31-Dez-2023	31-Dez-2022
Empréstimos obtidos (nota 12)	184.960	316.518
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	(25.462.219)	(20.812.573)
<i>Dívida líquida</i>	(25,277,259)	(20,496,054)
Capital próprio	92.036.091	83.150.493
Dívida líquida/Capital Próprio	-27%	-25%

33. Eventos subsequentes

Entre a data do balanço até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não se verificaram eventos significativos que requeiram ajustamento das ou divulgação nas demonstrações financeiras.